

© 1991 by Editora Atlas S.A.

1. ed. 1991; 2. ed. 1996; 3. ed. 1997; 4. ed. 1999;
5. ed. 2003; 6. ed. 2004; 7. ed. 2005; 8. ed. 2006;
9. ed. 2007; 10. ed. 2008; 11. ed. 2009; 3. reimpressão 2010



Capa: Roberto de Castro Polisel

Composição: Lino-Jato Editoração Gráfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Medeiros, João Bosco

Redação científica : a prática de fichamentos, resumos, resenhas / João Bosco Medeiros. –
11. ed. – 3. reimpr. – São Paulo : Atlas, 2010.

Bibliografia.

ISBN 978-85-224-5339-9

1. Redação técnica I. Título

91-1673

CDD-808.0665

Índices para catálogo sistemático:

1. Escritos científicos : Redação 808.0665
2. Redação : Trabalhos científicos 808.0665
3. Trabalhos científicos : Redação 808.0665

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*



Editora Atlas S.A.

Rua Conselheiro Nébias, 1384 (Campos Elísios)

01203-904 São Paulo (SP)

Tel.: (0_ _11) 3357-9144 (PABX)

www.EditoraAtlas.com.br

Resumo

O texto bem organizado é refratário à ausência de regras, bem como ao infinito das possibilidades ou à liberdade total em relação a limites (GUIMARÃES, 1993, p. 21).

1 Conceito de texto

Texto é um tecido verbal estruturado de tal forma que as ideias formam um todo coeso, uno, coerente. A imagem de tecido contribui para esclarecer que não se trata de feixe de fios (frases soltas), mas de fios entrelaçados (frases que se inter-relacionam).

Para Orlandi (1987, p. 159), texto é uma “unidade complexa de significação”. E continua:

O texto pode ter qualquer extensão: pode ser desde uma simples palavra até um conjunto de frases. O que o define não é sua extensão mas o fato de que ele é uma unidade de significação em relação à situação.

E mais adiante, à página 180: “Texto é o lugar, o centro comum que se faz no processo de interação entre falante e ouvinte, autor e leitor.”

Todas as partes de um texto devem estar interligadas e manifestar um direcionamento único. Assim, um fragmento que trata de diversos assuntos não pode ser considerado texto. Da mesma forma, se lhe falta coerência, se as ideias são contraditórias, também não constituirá um texto. Se os elementos da frase que possibilitam a transição de uma ideia para outra não estabelecerem coesão entre as partes expostas, o fragmento não se configura um texto. Essas três qua-

lidades – unidade, coerência e coesão – são essenciais para a existência de um texto. Vejamos um exemplo:

O carnaval carioca é uma beleza, mas mascara, com seu luxo, a miséria social, o caos político, o desequilíbrio que se estabelece entre o morro e a Sapucaí. Embora todos possam reconhecer os méritos de artistas plásticos que ali trabalham, o povo samba na avenida como um herói de uma grande jornada. E acrescenta-se: há manifestação em prol de processos judiciais contra costumes que ofendem a moral e agri-dem a religiosidade popular. O carnaval carioca, porque se afasta de sua tradição, está tornando-se desgracioso, disforme, feio.

Trata-se de um fragmento que não se constitui em um texto. Falta-lhe coerência entre a afirmativa inicial e a final. A oração subordinada que se inicia com *embora* não apresenta coesão em relação à oração principal; não é possível entender o que esse “texto” quer dizer. Como ele apresenta várias informações, várias direções (moral, política, social, religiosa, estética), acaba por *não* constituir um todo. Não há completude, inteireza, unidade.

Esse conjunto de ideias entrelaçadas para formar um enunciado, capaz de transmitir uma informação, ou mensagem, que é o texto, nem sempre aparece revestido de palavras: ele pode também ser constituído por um desenho, uma charge, uma figura. Neste ponto, pode-se lembrar da publicidade, que se vale da utilização de imagens para veicular ideias.

Um texto é mais ou menos eficaz dependendo da competência de quem o produz, ou da interação de autor/leitor, ou emissor/receptor. O texto exige determinadas habilidades do produtor, como conhecimento do código, das normas gramaticais que regem a combinação dos signos. A competência na utilização dos signos possibilita melhor desempenho na elaboração de um texto.

Deve-se levar em conta também a situação em que o texto foi produzido, ou seja, seu contexto.

2 Contexto

Define-se contexto como informações que acompanham o texto, cuja compreensão depende dessas informações. Assim, não basta a leitura do texto, é preciso retomar os elementos do contexto, em que ele foi produzido.

O contexto deve ser visto em suas duas dimensões: estrutura de superfície e estrutura de profundidade. A estrutura de superfície considera os elementos do enunciado, enquanto a estrutura de profundidade considera a semântica das relações sintáticas. Num caso, o leitor busca o primeiro sentido produzido pelas orações; no outro, vasculha a visão de mundo que informa o texto.

A produção e a recepção de um texto estão condicionadas à situação; daí a importância de o leitor conhecer as circunstâncias e o ambiente que motivaram a seleção e a organização dos signos.

O contexto pode ser imediato ou situacional.

O contexto imediato relaciona-se com os elementos que seguem ou precedem o texto imediatamente. São os chamados referentes textuais. O título de um poema pode despertar determinadas descodificações. Por exemplo: "Meu sonho", de Álvares de Azevedo, já prenuncia uma visão de mundo centralizada no eu. Esta subjetividade e individualidade, características românticas por excelência, junto com o tema sonho, também de matiz romântico, endereçam o leitor para uma atmosfera estética romântica.

O contexto situacional é formado por elementos exteriores ao texto. Esse contexto acrescenta informações, quer históricas, quer geográficas, quer sociológicas, quer literárias, para maior eficácia da leitura que se imprime ao texto. Agora, exige-se uma postura ativa do leitor. O texto é então enriquecido, às vezes reinventado, recriado. O conhecimento, por exemplo, do choque provocado pelas revoluções políticas e sociais do século XIX permite, muitas vezes, uma leitura mais adequada de textos ditos pessimistas. O próprio escapismo romântico pode ser lido como um desencanto com relação às reformas propagadas, mas não concretizadas.

3 Intertexto

Além do contexto, a leitura deve considerar que um texto pode ser produto de relações com outros textos. Essa referência e retomada constante de textos anteriores recebe o nome de intertextualidade.

Os procedimentos intertextuais mais comuns são: paráfrase, paródia e estilização.

A **paráfrase**¹ pode ser ideológica ou estrutural. No primeiro caso, o desvio é mínimo: varia a sintaxe, mas as ideias são as mesmas. Há apenas uma recriação das ideias. Pode-se entender a paráfrase ideológica como simples tradução de vocábulos, ou substituição de palavras por outras de significado equivalente. Nesse caso, a paráfrase registra o menor desvio possível em relação ao texto original. No segundo caso, há uma recriação do texto e do contexto. O comentário crítico, avaliativo, apreciativo, o resumo, a resenha, a recensão são formas parafrásticas estruturais de um texto.

Didaticamente, para efeito de exercício de prática de redação, pode-se falar em graus de paráfrase: primeiro grau (simples substituição de palavras por ou-

¹ Ver outras informações no Capítulo 9.

tras de sentido equivalente); segundo grau (resumo); terceiro grau (comentários); quarto grau (exposição de apreciação, de juízo de valor).

A **estilização** exige recriação do texto, considerando sobretudo procedimentos estilísticos. O desvio em relação ao texto original é maior do que no caso da paráfrase.

Na **paródia**, o desvio é total; às vezes, invertem-se as ideias, vira-se o texto do avesso. Há uma ruptura, uma deformação propositada, tendo em vista mostrar a inocência do texto original, ou simplesmente apresentar outras ideias que o texto original omitiu ou não se interessou em expor. A paródia tanto pode ser séria como jocosa, e, em geral, ataca instituições e pessoas, como governo, políticos, clero, escola.

4 Elementos estruturais do texto

Os elementos estruturais do texto são: o saber partilhado, a informação nova, as provas, a conclusão.

Por saber partilhado entende-se a informação antiga, do conhecimento da comunidade. De modo geral, o saber partilhado aparece na introdução, um local privilegiado para a negociação com o leitor. Exemplificando:

Não é fácil escrever ou falar sobre seu próprio pai; no mínimo se correrá o risco de ser sentimental, especialmente quando o personagem teve a estatura que Julio de Mesquita foi aos poucos adquirindo mercê de sua ação e da difusão de seu pensamento, uma e outro sempre polêmico, marcando, como não poderia deixar de ser, todos nós que crescemos sob o influxo de seus ensinamentos, ou vivendo o afastamento imposto pelo exílio, ou a angústia de não saber quando suas incursões pela política, que muitas vezes tinham fronteira com a revolução, o levariam de novo à prisão (*O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 15 fev. 1992, Suplemento Cultura, p. 2).

Não é difícil admitir que a informação que vai de “não é fácil escrever sobre seu próprio pai” até “sentimental” pertence ao saber partilhado. O emissor negocia com o leitor, coloca-se num nível de entendimento, estabelece um acordo, para, em seguida, expor informações novas.

A informação nova caracteriza-se como uma necessidade para a existência do texto. Sem ela, não há razão para o emissor escrever nada. Um texto só se configura texto quando veicula uma informação que não era do conhecimento do leitor, ou que não o era da forma como será exposta, o que implica, naturalmente, matizes novos e, conseqüentemente, uma nova maneira de ver os fatos. A informação nova não significa originalidade total, absoluta. É análoga ao contrato que o leitor faz com o ficcionista. Ninguém, ao ler *Dom Casmurro*, estará interessado em saber se os acontecimentos relatados são reais, se houve naquele

tempo e naquele espaço uma pessoa que se identificasse com a personagem do livro. O leitor entra em acordo com o narrador, admitindo como verossímeis os acontecimentos relatados. Da mesma forma, o leitor de *Memórias póstumas de Brás Cubas* não contesta a possibilidade de um defunto narrador. Aceita o fato e dá prosseguimento à leitura.

No caso do exemplo apresentado, admitimos como informação nova os pormenores que o autor do texto expõe: o pai era homem de ação, que buscava difundir seu pensamento, era polêmico, foi exilado, era pessoa que atuava politicamente.

A informação nova serve para desenvolver o texto, expandi-lo. O autor considera-a como não sendo do conhecimento de todos e, portanto, capaz de estimular o leitor a continuar na leitura. A existência de um texto implica ter algo de novo para dizer.

O saber partilhado mais a informação nova não são suficientes para a realização de um texto. É preciso acrescentar provas, fundamentos das afirmações expostas. No caso do texto apresentado como exemplo, o próprio narrador (em primeira pessoa) constitui-se numa prova. Trata-se de alguém que conviveu com Julio de Mesquita Filho. E acrescenta mais à frente do artigo:

Julio de Mesquita Filho sempre foi um ser combativo; não apenas isso, no entanto. Foi desde cedo um rebelde. Esse traço de caráter poderia ter produzido apenas um revoltado a mais num meio social acanhado. Ele teve, porém, a sorte de ser rebelde demais. [...] O rebelde paulista, ao cruzar seus passos com os de Trotski, não se deixa influenciar pela personalidade, que deve ter sido fascinante, do futuro companheiro de Lênin. O cruzar caminhos deve, no entanto, ter deixado marcas; em 1925, quando publica *A crise nacional*, suas referências à revolução russa não vêm carregadas do anticomunismo comum à época, em São Paulo, no meio social em que então passou a ser o seu.

Para demonstrar a personalidade de Julio de Mesquita Filho, o autor do texto cita como prova de suas afirmações o livro *A crise nacional*. Se o leitor duvidar de suas asserções, poderá recorrer ao livro e chegar às mesmas conclusões que ele.

Ao saber partilhado, à informação nova, às provas o autor junta seus objetivos, pois todo texto visa chegar a algum lugar, tem “uma intenção que precisa ser cumprida”, como ensina Siqueira (1990, p. 32). No caso do texto em exame, parece que a intenção é transmitir uma imagem positiva do pai: um homem de rebeldia crítica, um homem de ação. Não só um homem de palavras, mas um cidadão que conhecia a realidade mundial e a local e que trabalhou para inserir o Brasil no contexto das nações europeias.

Duas informações mais: todo texto trata de um assunto, *a referência*. Para saber qual a referência, o leitor deve interrogar-se: de que trata o texto? Além do assunto, o texto tem um *tema*; para conhecê-lo melhor, o leitor deve interro-

gar-se: sob que perspectiva o texto foi construído? No caso que está servindo de exemplo, a referência é o pai do emissor: Julio de Mesquita Filho. O tema são os traços de sua personalidade.

Texto de leitura fundamental para o aprofundamento das noções aqui expostas é *A articulação do texto*, de Elisa Guimarães.

5 Resumo: a Norma NBR 6028:2003

Embora já vistos o conceito e alguns elementos práticos de realização de resumos (ver tópico *Fichamento de resumo*), há outras informações que devem ser consideradas.

A Norma NBR 6028:2003, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, define resumo como “apresentação concisa dos pontos relevantes de um documento”. Uma apresentação sucinta, compacta, dos pontos mais importantes de um texto.

Esta definição pode, no entanto, ser melhorada: resumo é uma apresentação sintética e seletiva das ideias de um texto, ressaltando a progressão e a articulação delas. Nele devem aparecer as principais ideias do autor do texto.

O resumo abrevia o tempo dos pesquisadores; difunde informações de tal modo que pode influenciar e estimular a consulta do texto completo. Em sua elaboração, devem-se destacar quanto ao conteúdo:

- o assunto do texto;
- o objetivo do texto;
- a articulação das ideias;
- as conclusões do autor do texto objeto do resumo.

Formalmente, o redator do resumo deve atentar para alguns procedimentos:

- ser redigido em linguagem objetiva;
- evitar a repetição de frases inteiras do original;
- respeitar a ordem em que as ideias ou fatos são apresentados.

Finalmente, o resumo:

- não deve apresentar juízo valorativo ou crítico (que pertencem a outro tipo de texto, a resenha);
- deve ser compreensível por si mesmo, isto é, dispensar a consulta ao original.

Para o pesquisador o resumo é um instrumento de trabalho.

São partes constantes de um resumo: natureza da pesquisa realizada, resultados e conclusões. Também devem ser destacados o valor e a originalidade das descobertas realizadas.

Os procedimentos para realizar um resumo incluem, em primeiro lugar, descobrir o plano da obra a ser resumida. Em segundo lugar, a pessoa que o está realizando deve responder, no resumo, a duas perguntas: o que o autor pretende demonstrar? De que trata o texto? Em terceiro lugar, deve-se ater às ideias principais do texto e a sua articulação. Muito importante nesta fase é distinguir as diferentes partes do texto. A fase seguinte é a de identificação de palavras-chave. Finalmente, passa-se à redação do resumo.

A norma da ABNT classifica os resumos em crítico, indicativo, informativo.

O *resumo indicativo* indica apenas os pontos principais do documento; não apresenta dados qualitativos e quantitativos, mas não dispensa a leitura do original. É conhecido também como descritivo. Refere-se às partes mais importantes do texto. Exemplo:

ROCCO, Maria Thereza Fraga. *Crise na linguagem: a redação no vestibular*. São Paulo: Mestre Jou, 1981. 184 p.

Estudo realizado sobre redações de vestibulandos da Fuvest. Examina os textos com base nas novas tendências dos estudos da linguagem, que buscam erigir uma gramática do texto, uma teoria do texto. São objeto de seu estudo a coesão, o clichê, a frase feita, o “não-texto” e o discurso indefinido. Parte de conjecturas e indagações, apresenta os critérios para a análise, informações sobre o candidato, o texto e farta exemplificação.

O *resumo informativo* é também conhecido como analítico. Pode dispensar a leitura do texto original. Deve salientar objetivo do texto, métodos e técnicas empregados, resultados e conclusões. Evitem-se comentários pessoais e juízos de valor. Exemplo:

ROCCO, Maria Thereza Fraga. *Crise na linguagem: a redação no vestibular*. São Paulo: Mestre Jou, 1981. 284 p.

Examina 1.500 redações de candidatos a vestibulares (1978), obtidas da Fuvest. O livro resultou de uma tese de doutoramento apresentada à USP em maio de 1981. Objetiva caracterizar a linguagem escrita dos vestibulandos e a existência de uma crise na linguagem escrita, particularmente desses indivíduos. Escolheu redações de vestibulandos pela oportunidade de obtenção de um corpus homogêneo. Sua hipótese inicial é a da existência de uma possível crise na linguagem e, através do estudo, estabelecer relações entre os textos e o nível de estruturação mental de seus produtores. Entre os problemas, ressaltam-se a carência de nexos, de continuidade e quantidade de informações, ausência de originalidade. Também foram objeto de

análise condições externas como família, escola, cultura, fatores sociais e econômicos. Um dos critérios utilizados para a análise é a utilização do conceito de coesão. A autora preocupa-se ainda com a progressão discursiva, com o discurso tautológico, as contradições lógicas evidentes, o nonsense, os clichês, as frases feitas. Chegou à conclusão de que 34,8% dos vestibulandos demonstram incapacidade de domínio dos termos relacionais; 16,9% apresentam problemas de contradições lógicas evidentes. A redundância ocorreu em 15,2% dos textos. O uso excessivo de clichês e frases feitas aparece em 69,0% dos textos. Somente em 40 textos verificou-se a presença de linguagem criativa. Às vezes o discurso estrutura-se com frases bombásticas, pretensamente de efeito. Recomenda a autora que uma das formas de combater a crise estaria em se ensinar a refazer o discurso falho e a buscar a originalidade, valorizando o devaneio.

Segundo a NBR 6028:2003, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, deve-se evitar o uso de parágrafos no meio do resumo. Portanto, o resumo é constituído de um só parágrafo.

O *resumo informativo* combina os dois tipos anteriores. Pode dispensar a leitura do texto original quanto às conclusões, mas não quanto aos demais aspectos tratados.

O *resumo crítico*, também denominado *recensão* ou *resenha*, é redigido por especialistas e compreende análise crítica de um texto. É objeto de um capítulo deste livro.

6 Regras de apresentação

O resumo ressalta o objetivo, o método, os resultados e as conclusões de um texto.

O resumo é precedido da referência do texto, com exceção do resumo que acompanha o próprio texto. Exemplo de referência:

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.

Em seguida à referência, apresenta-se o resumo.

O resumo é composto de uma sequência de frases concisas (sujeito, verbo e objeto direto ou indireto, ou ambos; em geral, com menos de 30 palavras), afirmativas. Não é uma enumeração de tópicos. É recomendado o uso de um único parágrafo.

A primeira frase do resumo deve explicar o assunto do texto. Em seguida, deve-se especificar a categoria do tratamento: é uma memória, ou é um estudo de caso, ou é uma análise da situação, ou é um ensaio?

As frases são compostas com verbo na voz ativa e na terceira pessoa do singular. Exemplo:

O livro *Introdução à linguística da enunciação* apresenta as teorias que são a base da pesquisa linguística. É analisado de modo comparativo na obra o pensamento de autores como Charles Bly, Émile Benveniste e Mikhail Bakhtin, entre outros. O livro oferece também um roteiro de leitura das teorias da enunciação que têm ampla circulação no Brasil.

Voz ativa: “O livro *Introdução à linguística da enunciação* **apresenta** as teorias...”

Voz passiva: “No livro *Introdução à linguística da enunciação* **são apresentadas** as teorias...”

Primeira pessoa: **Apresento** em *Introdução à linguística da enunciação* as teorias...

Terceira pessoa: O livro *Introdução à linguística da enunciação* **apresenta**...

As palavras-chave do texto devem vir logo após o resumo, antecedidas do título *Palavras-chave*; elas são separadas por ponto. *Palavra-chave* é a palavra que representa o conteúdo do texto (documento), escolhida em vocabulário controlado.

Exemplo:

Palavras-chave: Linguística. Pesquisa linguística. Polifonia, Dialogismo.

No resumo, devem-se evitar:

- a) símbolos ou contrações de uso não corrente;
- b) fórmulas, equações, diagramas etc., desde que não sejam necessários.

Se seu emprego for imprescindível, devem ser definidos na primeira vez que aparecerem.

Extensão do resumo. Devem ter:

- a) de 150 a 500 palavras os trabalhos acadêmicos (teses, dissertações e outros) e relatórios técnico-científicos.
- b) de 100 a 250 palavras os artigos de periódicos;
- c) de 50 a 100 palavras os destinados a indicações breves.

Os resumos críticos, as chamadas resenhas, não estão sujeitos a limite de palavras.

7 Técnicas de elaboração de resumo

O resumo deve destacar:

- ❑ Elementos bibliográficos do texto; sua ficha técnica:
 - Sobrenome do autor, nome.
 - Título da obra.
 - Local de publicação do texto.
 - Editora.
 - Ano.
 - Páginas.
- ❑ Tipo de texto, o gênero a que se filia (literário, didático, acadêmico).
- ❑ Resumo do conteúdo: assunto do texto, objetivo, métodos, critérios utilizados, conclusões do autor da obra resumida.

Rebeca Peixoto da Silva e outros (197 –, p. 109) indicam que para resumir um trabalho é fundamental compreender sua organização. Apreende-se o todo por meio de leitura global do texto, com o objetivo de compreender o texto em seu conjunto, bem como em cada uma de suas partes. Assim, a preocupação inicial será verificar o enfoque que o autor dá ao assunto: filosófico ou científico? Sociológico ou psicológico? Quantitativo ou qualitativo?

Para a autora citada e seus co-autores (197 –, p. 109), o resumo “que guarde 1/3 ou 1/4 da extensão primitiva pode preservar os pontos essenciais”. A redução excessiva, no entanto, pode prejudicar a comunicação. Ao redator cabe atentar para verbos como: *é, deve, pode* e circunstâncias como: *somente, quase, na maior parte*; conjunções como: *se, a menos que*, para que o sentido jamais seja prejudicado.

A prática do resumo cerceia o plágio involuntário, além de assegurar ao leitor que o texto foi entendido e convertido a uma linguagem própria.

Segundo Rebeca Peixoto da Silva e outros (197 –, p. 110), a elaboração de resumos exige mais habilidade de leitura que de escrita. O resumo permite melhor compreensão das ideias expostas, uma vez que para realizá-lo é necessário apreender a estrutura do parágrafo. Para os autores citados, resumir é um processo que compreende vários passos, como: encontrar a ideia-tópico do parágrafo. Se a ideia principal estiver subentendida, será necessário isolar as frases-chave para encontrar a ideia central. Em seguida, o leitor eliminará as ideias secundárias ou que não sejam essenciais para a compreensão da ideia central. Há passagens dentro de um texto que servem apenas para esclarecer e constituem, pois, paráfrases de passagens anteriores. Passa-se, então, à fase de primeira redação do resumo, escolhendo-se sempre a palavra mais simples e mais breve. Coloca-se o original à

parte, e põe-se a escrever segundo o que se compreendeu. Acompanhando o texto enquanto se escreve o resumo, corre-se o risco de copiar frases do texto original ou de cair na simples paráfrase. Finalmente, compara-se o resumo com o original. Para evitar cópias, transcrições, utiliza-se a seleção de ideias, distribuídas num quadro sinóptico, ou num plano (esquema).

José Luiz Fiorin e Francisco Platão Savioli, em *Para entender o texto* (1990, p. 420), também examinam o resumo. Depois de defini-lo, recomendam que não se devem perder de vista três elementos:

- cada uma das partes fundamentais do texto;
- a progressão das ideias apresentadas;
- a correlação das partes do texto.

Segundo os autores citados, não cabem no resumo comentários ou julgamentos apreciativos. E ainda acrescentam que a dificuldade de resumir um texto pode advir da complexidade do texto (vocabulário, estrutura sintática, relações lógicas), bem como da competência do leitor. Para reduzir as dificuldades de elaboração de resumos, recomenda-se ler o texto do começo ao fim, sem interrupções. Nesta fase inicial, responde-se à questão: de que trata o texto? Na segunda leitura, descodificam-se frases complexas, recorre-se ao dicionário para solução do vocabulário. As palavras relacionais, os nexos serão observados com rigor (*mas, embora, ainda que* e outros). Em terceiro lugar, segmenta-se o texto, dividindo-o em blocos temáticos, de ideias (ou de espaço, ou de tempo, ou de personagens) que tenham unidade de significação. Finalmente, redige-se o resumo com as próprias palavras, “procurando não só condensar os segmentos mas encadeá-los na progressão em que se sucedem no texto e estabelecer as relações entre eles” (FIORIN; PLATÃO, 1990, p. 421).

João Hilton Sayeg de Siqueira (1990, p. 59-63), em *O texto: movimentos de leitura, táticas de produção, critérios de avaliação*, examina o resumo no Capítulo 7. Para o autor, resumir é selecionar as partes principais de um texto. Por partes principais entende a apresentação de uma situação inicial, a colocação de uma informação nova, as justificativas, a conclusão. E ainda acrescenta que a prática do resumo é adequada quando inicialmente se determinam a referência (assunto do texto) e o tema (enfoque) do original. Não se dispensa a recuperação das relações lógicas existentes entre as partes.

A título de exemplificação, tome-se o texto de Asti Vera (1983, p. 123-124):

A documentação pode consistir em: (a) transcrições; (b) resumos; (c) síntese e (d) referências.

As transcrições textuais serão feitas quando os respectivos extratos tiverem que ser incluídos no trabalho por sua condição de fontes ou por constituírem um elemento de prova. No caso já citado do estudo sobre Parmênides, poderia ser conveniente transcrever alguns fragmentos do texto “Sobre a natureza”, com o objetivo de reali-

zar um estudo sobre as notáveis diferenças de estilo existentes entre o Proêmio e a Primeira Parte. Não só por razões estilísticas, mas, além disso, porque deste cotejo de textos se poderá elucidar o sentido da obra e a intenção do autor. O Proêmio escrito numa linguagem religiosa, quase mística e muito poética, e o resto usando expressões lógicas, racionais.

A função básica dos resumos é instrumental, e, por isso, devem-se fazer quando as obras (ou as partes das mesmas) utilizadas pertencem a uma biblioteca pública, à qual deverão ser devolvidas depois de lidas.

A síntese – que não deve ser confundida com o resumo – é o trabalho mais importante, mas também o mais difícil; é o fim ideal da documentação. Consiste em expor as ideias centrais de um texto, sua significação e sua unidade de sentido. O trabalho de síntese intervém na parte básica do trabalho de pesquisa, sobretudo no desenvolvimento, na fundamentação e na conclusão.

As referências – breves e concisas – devem consignar-se quando se trata de obras conhecidas e de fácil acesso.

Para as transcrições e os resumos de certa extensão, torna-se prático utilizar folhas grandes, das chamadas tamanho “ofício”, ou pequenos cadernos que se acrescentarão às fichas respectivas.

O valor da técnica das fichas, como de todo método, depende também de quem o põe em prática. Além disso, assinalaremos alguns de seus inconvenientes mais notórios: um deles é a “fichamania”, isto é, a estéril acumulação de fichas que nunca serão aproveitadas num trabalho final. Em disciplinas históricas, onde a documentação é fundamental e não se pode prescindir da heurística, pode-se correr este risco. Daí a importância do estudo da filosofia da história, e inclusive de considerar a reconstrução histórica com um critério filosófico, como sustentaram historiadores do porte de Toynbee e Marrou.

Outras vezes, o compilador das fichas limita-se a um mero trabalho de transcrição das notas das mesmas. Finalmente, citaremos como uma situação extrema, dentro destas tendências, a destas monografias intermináveis que se apresentam como um subproduto de monumentais coleções de fichas, mas onde, em suma, nem o autor nem o leitor sabem por fim “a que se ater”.

O resumo do texto apresentado segue os seguintes passos:

A *referência* do texto é a documentação de uma pesquisa bibliográfica. Todo trabalho escrito, se realizado segundo critérios rígidos de metodologia científica, apoia-se em pesquisa documental. Segundo Asti Vera (1983), a documentação pode ocorrer através de transcrições (citações diretas), resumos, sínteses e referências. O fragmento desenvolve cada uma dessas modalidades de documentação. Como é tematizada essa referência? É tematizada da perspectiva formal-metodológica, isto é, como proceder para documentar uma pesquisa.

A *situação inicial* afirma em que consiste a documentação: transcrições, resumos, sínteses, referências, isto é, define as várias modalidades pelas quais se pode valer de informações colhidas em uma obra. Trata-se de um conhecimento partilhado pela comunidade que realiza pesquisa.

A *informação nova* do texto é o estabelecimento do uso de um ou outro tipo de documentação: quando usar a transcrição, o resumo, a síntese, a simples referência. A transcrição textual justifica-se quando se tem necessidade de uma prova. O resumo tem função instrumental e é usado quando não se tem na própria biblioteca a obra utilizada. A síntese, que Asti Vera (1983) distingue de resumo, consiste na exposição das “ideias centrais de um texto”. As referências são utilizadas no caso de obras conhecidas e de acesso fácil.

As *justificativas* para a realização de pesquisa documental resumem-se em: necessidade de provas (transcrição); obras de bibliotecas públicas devem ser resumidas, justamente porque não se tem acesso a elas com facilidade; realização do objetivo da pesquisa (síntese das ideias fundamentais); no caso de obras de fácil acesso e conhecidas, basta uma simples referência.

A *conclusão* ressalta que o trabalho científico não deve limitar-se a uma coleção de fichas que deixa o autor sem saber que fim tem em vista.

Com esta exposição, verifica-se a organização do texto. Há unidade temática do início ao fim: que procedimento adotar na documentação de uma pesquisa.

Ao selecionar as ideias para o resumo, cancelam-se alguns pormenores secundários. Veja-se:

- a referência é a pesquisa documental;
- a tematização é a metodologia de utilização da pesquisa documental;
- a situação inicial: em que consiste a pesquisa documental; quais são suas formas;
- a informação nova: quando utilizar cada tipo;
- conclusão: o que evitar.

Assim, pode-se dizer que um possível resumo do texto citado de Asti Vera é:

A pesquisa documental vale-se de transcrição, resumo, síntese e referência. As fichas não devem constituir-se em fim e são de quatro modalidades: transcrição, resumo, síntese, referência. As transcrições textuais são limitadas aos casos de necessidade de prova. O resumo é utilizado no caso de a obra pertencer a uma biblioteca pública. A síntese constitui-se num modo ideal de documentação. Através dela, expõem-se as ideias fundamentais do texto, seu significado e a unidade de seu sentido. O trabalho científico não se constitui numa coleção de fichas que não permitem ao autor e leitor identificar o objetivo da pesquisa.

Nesta fase do resumo, agrupam-se as ideias afins. Então selecionam-se novos elementos da situação inicial:

A pesquisa documental vale-se de transcrição, resumo, síntese, referência. As justificativas compreendem variadas necessidades de apoio da pesquisa: há casos em que é preciso transcrever, casos em que se deve resumir, sintetizar, referenciar. A con-

clusão afirma que as fichas não devem constituir-se em fim em si mesmas (mania), pois uma coleção de fichas não resulta numa obra.

Adaptando as ideias expostas, ter-se-ia:

As informações colhidas na pesquisa documental são fichadas através de transcrição, resumo, síntese, referências. A fichamania deve ser evitada se o pesquisador deseja que a obra não seja desconexa, pois uma coleção de fichas não resulta numa obra. As justificativas compreendem variadas necessidades de apoio da pesquisa: há casos em que é preciso transcrever, casos em que se deve resumir, sintetizar, referenciar.

Qual o ponto de vista do autor? Qual a sua conclusão? A que leva o texto? Talvez se pudesse dizer que o fragmento apresentado leva a concluir que o autor, embora considere a documentação uma necessidade, estabelece normas para a utilização das fontes de pesquisa. Poder-se-ia dizer que é pragmático, objetivo, uma vez que salienta inconvenientes que o ato de fichar pode acarretar: a fichamania, a mera transcrição de notas, as monografias intermináveis, resultado de coleção de fichas que deixam o autor e o leitor sem saber “a que se ater”.

Reescrevendo o resumo na íntegra, tem-se:

Os procedimentos para a pesquisa documental compreendem a transcrição, o resumo, a síntese, a referência. A transcrição limita-se aos casos de necessidade de prova, enquanto a síntese se constitui no ideal de documentação. Se a documentação se reduz a mera transcrição de notas, ou à acumulação de fichas que levam à realização de obra interminável, este procedimento revela-se inconveniente e estéril, não permitindo ao autor nem ao leitor identificar com que deve preocupar-se.

Se se optar pelo modelo de Fiorin (1990) para a realização de resumos, responde-se inicialmente à questão: De que trata o texto?

Trata de procedimentos metodológicos de utilização de fontes de informação na pesquisa, isto é, como e quando utilizar a citação direta e a indireta.

Em seguida, divide-se o texto em partes:

- o primeiro parágrafo define em que consiste a documentação;
- os parágrafos 2-6 estabelecem normas sobre quando usar um ou outro procedimento;
- os parágrafos 7 e 8 falam do valor do fichamento e de seus inconvenientes.

Assim, após dizer que a documentação pode ser realizada segundo quatro modalidades: a transcrição, o resumo, a síntese, a referência, estabelece norma para a utilização da citação direta: só deve ser usada em caso de necessidade de provas. Ressalta que a documentação deveria ser feita, de preferência, por meio de sínteses, e não por meio de meros resumos indicativos ou simples referência. Finalmente, previne o estudioso dos inconvenientes que o procedimento do ficha-

mento pode acarretar. De grande utilidade (valor) para a pesquisa, pode transformar-se em procedimento estéril.

Como as ideias do texto se inter-relacionam? Elas estão ligadas de tal forma que constituem um texto, e não um aglomerado de informações: da definição de documentação, passando pela exposição das modalidades e usos formais, até a conclusão de que o fichamento é uma faca de dois fios (tanto pode constituir-se num valor, como, se mal-utilizado, em inconveniente e estéril), foi mantida a unidade temática.

Agora, pode-se escrever o resumo.

Outro modelo para a prática do resumo é o apresentado por Siqueira (1990, p. 63) e Serafini (1987, p. 188-189), esta última autora já foi vista na seção 2.2 do Capítulo 6.

Em primeiro lugar, diga-se: um resumo deriva da capacidade de leitura daquele que vai realizá-lo. A compreensão de um texto depende da competência do receptor. Essa competência envolve recursos culturais, experiência anterior, conhecimento prévio armazenado na memória. Além disso, o leitor pode contar com pistas linguísticas distribuídas pelo texto. Não se dispensa a capacidade de raciocinar do leitor.

O resumo é um instrumento adequado tanto para a aprendizagem redaccional, quanto para o aprimoramento da leitura. Um leitor que é capaz de resumir um texto com suas próprias palavras demonstra ter compreendido as ideias nele expostas. Para Siqueira (1990, p. 15), um leitor, se competente, deve, “diante de um texto, detectar quando ele está interrompido ou completo e conseguir, no caso de estar interrompido, completá-lo. Além disso, uma pessoa pode ser capaz de parafrasear um texto, resumi-lo, dar-lhe um título ou, a partir de um título, desenvolver um todo textual”.

As regras mais comumente aplicadas para a prática do resumo são:

- Apagamento de elementos redundantes e supérfluos ou não relevantes.* Inclui-se neste caso supressão de adjetivos e advérbios.
- Generalização de ideias do texto.* O leitor deve ser capaz de, desprezando ideias particulares, registrar informações de ordem geral. Este conceito aproxima-se do de tematização.
- Seleção das ideias principais.*
- Combinação de dois ou três tópicos frasais de diferentes parágrafos quando repetem a mesma ideia.* Dispensável, já que pode ser feita pela invenção do novo texto.
- Invenção ou construção.* Deve o leitor construir frases que incluam várias ideias expostas no texto, e fazê-lo de forma sintética.

Para Siqueira (1990, p. 63), os passos para resumir um texto são: (a) seleção das ideias principais; (b) cancelamento das ideias irrelevantes; (c) agrupamento das ideias que se relacionam entre si; (d) adaptação da linguagem devido aos agrupamentos realizados. Maria Teresa Serafini (1987, p. 188-189) ensina quatro regras para a redação de resumos: cancelamento, generalização, seleção e construção. Cancelamos palavras que se referem a pormenores que não são necessários à compreensão de outras partes do texto. Pelo processo de generalização substituímos “alguns elementos por outros mais gerais que os incluam”. Pela seleção eliminamos os “elementos que exprimem detalhes óbvios”. Durante a fase de construção, substituímos orações por outras novas.

Tomemos o seguinte texto como exemplo:

No painel reúnem-se várias pessoas para exporem suas ideias sobre determinado assunto ante um auditório. No painel, a conversação é basicamente informal, os membros não atuam como oradores, não expõem. [...]

Os membros do painel (painelistas) devem preparar o material necessário acerca do assunto a ser discutido, procurando orientar a discussão através de um raciocínio metódico e ao alcance do público.

Devem saber ouvir com atenção o que têm a dizer os outros participantes e interrompê-los quando oportuno, esperando o momento apropriado para isso.

Não se devem aferrar a um ponto de vista, só porque é o que defendem, e sim mudar de opinião sempre que os fatos ou a lógica provarem que estão errados.

Não devem os painelistas monopolizar a discussão, pois todos têm iguais oportunidades de falar. Convém, por isso, estabelecer que a duração máxima de cada intervenção será de dois ou três minutos. O coordenador deverá interferir sempre que um painalista ultrapassar os limites permitidos ou estender-se muito em digressões que não contribuam para o esclarecimento da discussão.

Falar apenas sobre o assunto proposto deve ser um dos lemas dos participantes do painel.

Outro objetivo que deve ser norma para os participantes é de que a atmosfera de discussão é informal e o diálogo deve processar-se em tom de conversa. Nada de discursos, de atitudes teatrais para a plateia ou de uso e abuso de expressões de efeito (MINICUCCI, 1992, p. 134-135).

Aplicando as regras para elaboração de resumo, tem-se:

1. Quanto ao apagamento

Cancelam-se palavras que podem ser dispensáveis:

Painel: reunião de pessoas para exporem suas ideias sobre um assunto, diante de um auditório. A conversação é informal. Os membros de um painel preparam o material, orientando a discussão pelo raciocínio metódi-

co. Devem ouvir os outros participantes e interrompê-los quando oportuno. Devem mudar de opinião se os fatos ou a lógica provarem que estão errados. Não devem monopolizar a discussão. Cada intervenção será de dois ou três minutos. O coordenador deve interferir no caso de um painalista ultrapassar o tempo. Os painelistas devem falar sobre o assunto proposto. O diálogo deve processar-se em tom de conversa. Evitar discursos ou atitudes teatrais.

2. Quanto à generalização

Pela generalização, devem-se substituir enunciados específicos por gerais. Assim, se uma pessoa diz que reformou o banheiro, a cozinha, a sala, o telhado de sua casa, pode-se dizer que ela “reformou sua casa”. A expressão agora é generalizadora. No texto apresentado de Minicucci, as possibilidades de generalizações não são assim tão palpáveis, mas pode-se dizer, generalizando, que ele apresenta regras para a realização de um painel.

3. Quanto à seleção de tópicos frasais e combinação deles

No painel, várias pessoas expõem suas ideias para um auditório. A linguagem é informal e os membros que dele participam podem interromper seus colegas quando oportuno. Cada intervenção, regulada pelo coordenador, pode demorar de dois a três minutos. Os painelistas devem ater-se ao tema proposto.

Assim, o leitor pode verificar que o primeiro parágrafo apresenta duas ideias importantes: o painel é uma técnica de apresentação de comunicação da qual participam várias pessoas; o tom da apresentação é informal. O segundo parágrafo cuida da adaptação da exposição à audiência. O terceiro e o quarto parágrafos podem ser fundidos: o painalista apresenta suas ideias e ouve observações dos colegas. O quinto parágrafo é uma explicitação dos dois anteriores e pode ser eliminado. O sexto parágrafo ocupa-se do impedimento de digressões e o último afirma, repetindo ideias do primeiro parágrafo, que o tom da apresentação é o informal.

4. Quanto à invenção ou construção

Aqui, recria-se o texto de Minicucci:

O painel, técnica de trabalho em grupo, consiste em variados participantes, diante de um auditório, apresentarem para discussão assuntos previamente estabelecidos. Entre as regras do painel, destacam-se: adaptar a exposição à audiência, ouvir os colegas e interrompê-los apenas quando oportuno, ser flexível na defesa dos próprios pontos de vista, permitir que os colegas exponham suas ideias, evitar digressões e atitudes teatrais, já que o tom do diálogo é informal. Ao coordenador caberá estabelecer tempo de duração das intervenções e manter a ordem.

Exercícios

1. *Segmentar o seguinte texto de Ingedore Grunfeld Villaça Koch e Luiz Carlos Travaglia (1989, p. 11-14):*

Antes de mais nada, é preciso observar que nenhum dos conceitos encontrados na literatura é capaz de conter em si todos os aspectos que consideramos como definidores da *coerência*. Vamos, por isso, elencar, de forma sumária, os traços que têm sido mais comumente apontados.

A coerência teria a ver com a “boa formação” do *texto*, mas num sentido que não tem nada a ver com qualquer ideia assemelhada à noção de gramaticalidade usada no nível de frase, sendo mais ligada, talvez, a uma boa formação em termos de interlocução comunicativa. Portanto, a coerência é algo que se estabelece na interação, na interlocução, numa situação comunicativa entre dois usuários. Ela é o que faz com que o texto faça sentido para os usuários, devendo ser vista, pois, como um princípio de interpretabilidade do texto. Assim, ela pode ser vista também como ligada à inteligibilidade do texto numa situação de comunicação e à capacidade que o receptor do texto (que o interpreta para compreendê-lo) tem para calcular o seu sentido. A coerência seria a possibilidade de estabelecer, no texto, alguma forma de unidade ou relação. Essa unidade é sempre apresentada como uma unidade de sentido no texto, o que caracteriza a coerência como global, isto é, referente ao texto como um todo.

A coerência é vista também como uma continuidade de sentidos perceptível no texto, resultando numa conexão conceitual cognitiva entre elementos do texto. Essa conexão não é apenas de tipo lógico e depende de fatores socioculturais diversos, devendo ser vista não só como o resultado de processos cognitivos, operantes entre os usuários, mas também de fatores interpessoais como as formas de influência do falante na situação de fala, as intenções comunicativas dos interlocutores, enfim, tudo o que se possa ligar a uma dimensão pragmática da coerência. Os processos cognitivos caracterizam a coerência à medida que possibilitam criar um mundo textual em face do conhecimento de mundo registrado na memória, o que levaria à compreensão do texto.

Como se percebe, a coerência é, ao mesmo tempo, *semântica e pragmática*; mas, para alguns, embora esses caracteres predominem, a coerência tem também uma dimensão sintática (gramatical, linguística) que discutiremos mais adiante. Contudo, não se deve deduzir daí que a coerência tenha a ver com a superfície linguística do texto: todos os estudos procuram demonstrar que a coerência é profunda, subjacente à superfície textual, não linear, não marcada explicitamente na estrutura de superfície. Além disso, é global e hierarquizadora dos elementos do texto (os sentidos desses elementos se

subordinam ao sentido global unitário, os atos de fala que realizam se subordinam ao macroato de fala que o texto como um todo representa).

Por tudo isso é que se pode dizer que a coerência é, basicamente, um princípio de interpretabilidade e compreensão do texto caracterizado por tudo de que o processo aí implicado possa depender. Como veremos, a coerência tem a ver também com a produção do texto à medida que quem o faz quer que seja entendido por seu interlocutor, conforme se supõe pelo princípio de cooperação.

O estudo da coerência poderia ser visto como uma teoria do sentido do texto (seja ele uma frase ou um livro todo, não importa a dimensão), dentro de um ponto de vista de que o usuário da língua tem competência textual e/ou comunicativa e que a língua só funciona na comunicação, na interlocução, com todos os seus componentes (sintáticos, semânticos, pragmáticos, socioculturais etc.). Estamos entendendo sentido como a atualização seletiva no texto de significados virtuais das expressões linguísticas.

Paralelamente ao conceito de coerência, formando com ele uma espécie de par opositivo/distintivo, encontramos nos estudos textuais o conceito de *coesão*. Ao contrário da coerência, a coesão é explicitamente revelada através de marcas linguísticas, índices formais na estrutura da sequência linguística e superficial do texto, sendo, portanto, de caráter linear, já que se manifesta na organização sequencial do texto. É nitidamente sintática e gramatical, mas é também semântica, pois, como afirma Halliday e Hasan (1976), a coesão é a relação semântica entre um elemento do texto e um outro elemento que é crucial para sua *interpretação*. A coesão é, então, a ligação entre os elementos superficiais do texto, o modo como eles se relacionam, o modo como frases ou partes delas se combinam para assegurar um desenvolvimento proposicional.

Muitos autores não distinguem entre coesão e coerência, utilizando um termo ou o outro para os dois fenômenos. Alguns fazem a distinção usando expressões como “coerência microestrutural” ou “coerência local”, quando querem se referir ao que foi definido no parágrafo anterior como “coesão” e expressões como “coerência macroestrutural” ou “coerência global”, quando desejam se referir ao que foi definido nos parágrafos iniciais deste item como “coerência”. É o caso de Charolles (1987a) e de Van Dijk e Kinisch (1983), por exemplo. Já Charolles (1987a) subdivide a coesão em “coesão” e “conexão”. Essas observações objetivam alertar o leitor para flutuações terminológicas ou de outro tipo que exigem que se preste atenção sobretudo às conceituações dadas e não apenas aos nomes utilizados.

2. De que trata o texto de Koch e Travaglia?
3. Qual é a informação nova do texto?

4. *Quais são as justificativas do texto?*
5. *Qual a conclusão dos autores?*
6. *Qual a referência do texto?*
7. *Qual a tematização do texto?*
8. *Redigir o resumo do texto apresentado, seguindo o modelo de resumo de Maria Teresa Serafini.*
9. *Redigir um resumo indicativo de um livro de seu interesse.*
10. *Redigir um resumo informativo de um livro de seu interesse.*
11. *Resumir o seguinte texto:*

Alfonso Quejana, sujeito de aproximadamente 50 anos, era um fidalgo espanhol de família tradicional; sem ser rico, vivia parcimoniosamente da renda de sua terra, situada em algum lugar da Mancha. Contava com a companhia de uma criada e da sobrinha, e a amizade do cura e do barbeiro. Não cultivava os prazeres de sua classe social: em vez de participar de caçadas ou festas, preferia ler livros de cavalaria: o gosto por eles era tanto, que chegava a vender partes de sua propriedade, para comprar volumes e mais volumes desse gênero de obra. A leitura o envolvia de tal modo, que passava noites em claro; e, como lembra o seu biógrafo, “do pouco dormir e do muito ler, secou-se-lhe o cérebro, de maneira que veio a perder o juízo”. Ato contínuo, resolveu ajustar sua vida ao mundo dos livros e, assim procedendo, proclamou-se, ele mesmo, cavaleiro andante, sob o nome de Dom Quixote, o mais tarde designado Cavaleiro da Triste Figura.

Miguel de Cervantes, autor de *O engenhoso fidalgo Dom Quixote de la Mancha*, criou sua imortal personagem em obra publicada em 1605. A tipografia era então uma invenção já centenária, pois a prensa mecânica, inovação atribuída a Gutenberg, aparecera em torno de 1450, na Alemanha, e espalhará-se com razoável rapidez ao longo do século XV. No entanto, livros impressos começaram a ser publicados em quantidade somente no século XVI, mas, daí em diante, o processo não se interrompeu. *Dom Quixote*, ele mesmo, foi um grande sucesso editorial, gerando imitações, como a de Alonso Fernández de Avellaneda, de 1614, que se adonou da personagem e propôs uma continuação, razão por que Cervantes tratou de elaborar, em 1615, o segundo volume de seu livro, garantindo a propriedade de sua invenção. No mesmo período, edições do romance original se sucederam, tanto legais, quanto piratas, registrando-se lançamentos da obra em lugares diferentes e distanciados, como Bélgica e Portugal, sempre com êxito. Cervantes, da sua parte, buscou proclamar o prestígio de seu trabalho no interior das falas das

personagens, que comentam terem sido vendidos 12 mil exemplares do livro, cifra respeitável na época e, para muitos casos, ainda nos nossos dias.

A consolidação do livro, na forma física em que ele ainda se apresenta, data de período anterior ao de Cervantes: o códex, de aparência similar, substituiu os volumes em rolo ainda na Antiguidade, facilitando a manipulação e o consumo. Mesmo nesse formato, contudo, o acesso ao material que circulava por escrito restringia-se a religiosos, ao longo da Idade Média, e a estudantes, no final desse período, quando se estabelecem as primeiras universidades na Europa. Com a expansão da prensa mecânica nascem as primeiras tipografias, amplia-se o comércio livreiro e aumenta o público leitor, não mais restrito a letrados e sacerdotes.

Não espanta, portanto, que, nos primeiros anos do século XVII, um novelista pudesse apresentar uma figura fictícia viciada em leitura, a ponto de preferir livros a qualquer outra atividade, mesmo as lucrativas, como a administração da fazenda, ou lúdicas, como a caça. O que surpreende é a declaração do narrador, estampada nos primeiros parágrafos da obra: o leitor, entregue à fantasia contida nos livros de leitura, perde o juízo, a ponto de abrir mão de sua identidade e criar, para ele mesmo, uma nova personalidade, construída a partir das personagens a que fora apresentado por meio das páginas impressas.

À leitura intensiva se atribui grave delito: ela transtorna e transforma seu leitor. Ao referir o crime atribuído à leitura, Cervantes não está sendo original: com efeito, ele parece reproduzir, de modo irônico e paródico, o que já passava na sociedade europeia do século XVI. Período caracterizado pelos conflitos religiosos – de um lado, a Reforma, proclamada por luteranos, calvinistas e anglicanos, de outro, a Contrarreforma, resposta católica aos descontentes do Norte da Europa –, foi marcado pela radicalização ideológica e violência. Adversários, contudo, seus adeptos adotaram uma prática similar, não importando que teses teológicas professassem: grupos contrários ou favoráveis à Igreja condenavam a leitura. Martinho Lutero valoriza a leitura individual da Bíblia, mas denuncia os perigos advindos de sua edição em língua vernácula; a Igreja reage aos perigos da heresia religiosa com a reativação do Tribunal do Santo Ofício e a publicação, em 1564, do *Index Librorum Prohibitorum*, rol de textos interditados e apartados dos fiéis, se não queimados em praça pública.

Cervantes reproduz a cena persecutória logo nos capítulos iniciais da novela: aproveitando que Dom Quixote dorme, seus dois amigos letrados, o cura e o barbeiro, invadem a biblioteca do fidalgo e eliminam as obras desaconselháveis. Ao entrarem, os dois homens estão acompanhados pela ama, que, contudo, recua, voltando logo em seguida acompanhada de água benta e hissopo, com o fito de pedir ao padre que exorcize o local. A criada teme que os livros carreguem consigo algum feitiço que possa contaminá-los, assim como já haviam embruxado Dom Quixote (ZILBERMAN, 2001, p. 19-22).